Presidente critica "palácios" do Judiciário

■ Candidato à reeleição diz que vê "muito prédio grande sendo feito pelos tribunais" e defende sua troca por defensorias públicas

SONIA CARNEIRO E
PAULO MUSSOI

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso condenou ontem o desperdício de recursos pelo Judiciário, que gasta na construção de "palácios" quando poderia investir na melhoria do sistema. "Recurso é questão de opção. Eu viajo de helicóptero e vejo muito prédio grande sendo feito pelos tribunais, e no Brasil todo. Será que não dá nem para criar as defensorias públicas, ao invés de fazer palácios?"

Ao discursar no encerramento do ciclo de palestras da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com os candidatos a presidente da República, Fernando Henrique disse que "ideologicamente" continua parlamentarista, mas este regime de governo exige partidos fortes, o que não há no Brasil. "Hoje o Congresso é forte mas os partidos, nem tanto."

A discussão urgente, na sua opinião, é a da reforma política. "Sempre achei que a reforma política fosse algo que dissesse respeito ao Congresso, só. Mas não. O Executivo tem que atuar com mais iniciativa nisso. Se for reeleito terei obrigação de atuar mais na reforma política." Fernando Henrique defendeu, porém, que essa reforma não entre em vigor na eleição seguinte à da aprovação do projeto, mas somente na subseqüente, ou seja, se aprovada nos próximos quatro anos, vigore apenas em 2006, dando tempo às adaptações.

Financiamento – Citando a reforma política e partidária já em andamento no Senado, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o presidente afirmou que ela poderia ser a base do projeto de parceria com o Executivo. Quatro pontos estruturam a reforma: fidelidade partidária, cláusula de barreira, voto distrital misto e financiamento público de campanhas. Apenas este último item, segundo Sérgio Machado, não foi aprovado na comissão especial de reforma política e partidária.

Quando Fernando Henrique falou sobre os palácios do Judiciário, "no Brasil todo", o presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo de Castro, chamou a atenção para a construção "de um outro palácio", a sede do Tribunal Superior do Trabalho, que é maior que a sede do Superior Tribunal de Justiça, a mais criticada nos últimos anos. O presidente acrescentou: "E nos estados também."

Abuso – Fernando Henrique conclamou os advogados a recusarem causas que protelem decisões do governo e prejudiquem o erário público, mais conhecidas como "ações manipuladas". O presidente criticou os partidos políticos que estão usando os tribunais para fazer campanha. "É um abuso a *judicialização* das matérias políticas", afirmou. Segundo ele, está havendo a transformação de temas judiciais em bandeiras políticas. Algumas são ações contra as privatizações, entre elas a da Telebrás.

Mas quando perguntado se privatizaria presídios, Fernando Henrique descartou a possibilidade. "Acho que isso é ir longe demais." Segundo ele, existem hoje 52 penitenciárias em construção no país. "E se formos reeleitos faremos mais."

Lembrando que na qualidade de presidente e candidato tem a dupla tarefa de prestar contas à nação, o Fernando Henrique defendeu a igualdade de acesso a todos aos mecanismos do Judiciário. "O Brasil tem sede de Justiça", reconheceu. Para ele, o fato de o país ter renda per capita de US$ 5 mil e PIB de US$ 800 bilhões, nada mais justifica a pobreza de que a falta de acesso à Justiça. "Nas camadas mais altas querem segurança jurídica para investir mais. Mas os carentes pedem apoio para conquistar cidadania", destacou.

Fernando Henrique falou também sobre uso excessivo de medidas provisórias. "O que acontece é que se repetem as medidas provisórias porque o Congresso não vota. É verdade que muitas vezes o governo tem interesse. Mas eu apoiei de forma explícita a limitação e mesmo assim o projeto não passa. Por que será? É porque o próprio Congresso sabe que a MP, em certas circunstâncias, é necessária, e ao mesmo tempo não tem condição de votar rápido."